

FABRÍCIO MOTTA
VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE

COORDENADORES

GOVERNO DIGITAL

E A BUSCA POR INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021

FORUM

FABRÍCIO MOTTA
VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE

Coordenadores

Prefácio
Juarez Freitas

GOVERNO DIGITAL E A BUSCA POR INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE
2021

Muito embora possa ser considerada uma diretriz geral colocada à Administração Pública desde o texto original da Constituição de 1988, a busca por eficiência tem sido incrementada a cada dia. A Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, é a mais nova norma nesse cenário e elegeu a desburocratização, a inovação, a transformação digital e a participação do cidadão como instrumentos para aumentar essa eficiência. Esta obra contém artigos voltados ao entendimento da transformação digital a partir das diretrizes e preceitos da Lei nº 14.129/2021. Os textos que integram a obra contemplam experiências, interpretações possíveis e diálogos necessários com outras normas e ciências, para que a chamada “Lei do Governo Digital” possa, efetivamente, ser instrumento para a concretização de uma Administração Pública inclusiva, eficiente, transparente e eficaz na prestação de serviços públicos e na realização de suas demais atividades.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PÚBLICO,
DIREITO DIGITAL, GOVERNO ELETRÔNICO,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Público-alvo/consumidores

Estudantes de graduação e pós-graduação. Integrantes da Administração Pública, advogados e operadores do direito em geral que deverão lidar, em suas atividades, com a Lei nº 14.129/21

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 10003123

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G721

Governo digital e a busca por inovação na Administração Pública: a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 / coordenado por Fabrício Motta, Vanice Regina Lírio do Valle. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.

242p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-287-3

Inclui bibliografia.

2021-3683

1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Público. 5. Direito Digital. 6. Governo Eletrônico. 7. Administração Pública.I. Motta, Fabrício. II. Valle, Vanice Regina Lírio do. III. Título

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOTTA, Fabrício; VALLE, Vanice Regina Lírio do (Coords.). *Governo digital e a busca por inovação na Administração Pública: a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 242p. ISBN 978-65-5518-287-3.

FABRÍCIO MOTTA

Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (PPGDP/UFG). Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO). Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estágio pós-doutoral na *Università del Salento* (Itália).

VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE

Pós-Doutorado em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EBAPE/FGV). Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (PPGDP/UFG). Procuradora do Município do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Juarez Freitas	9
----------------------	---

NUEVAS TECNOLOGÍAS Y BUENA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA (ESPECIAL REFERENCIA A LA LEY BRASILEÑA 14.129 DE 29 DE MARZO DE 2021 DEL GOBIERNO ABIERTO)

Jaime Rodríguez-Araña.....	13
Introducción	13
1 La buena administracion en la carta europea de los derechos fundamentales de diciembre de 2000.....	16
2 La buena administracion en la carta iberoamericana de los derechos y deberees de los ciudadanos frente a la administración pública de octubre de 2013.....	23
3 Buen gobierno, buena administración y nuevas tecnologías	28
4 La buena administración electrónica en los principios de la ley brasileña 14.129 de 29 de marzo de 2021 del gobierno abierto	36
5 Etica, tecnologías y buena administración	38
Reflexión Final	40

GOVERNO DIGITAL: MAPEANDO POSSÍVEIS BLOQUEIOS INSTITUCIONAIS À SUA IMPLANTAÇÃO

Vanice Regina Lírio do Valle, Fabrício Motta.....	43
Considerações iniciais	43
1 Opção conceitual ampliada do que seja o Governo Digital.....	46
2 Desafios à implementação do governo digital preconizado pela Lei nº 14.129/2021	49
2.1 Superação da influência ainda presente do modelo burocrático	50
2.2 Predomínio de uma visão de controle fiscal	53
2.3 Conservadorismo do controle	56
Conclusão	59
Referências	60

A LEI Nº 14.129/21 COMO FACILITADORA NORMATIVA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Sabrina Nunes Iocken, Rodrigo Guerra Garcia	63
Introdução	63
1 O início da digitalização e os ritmos distintos de utilização pelos entes públicos brasileiros.....	65
2 Transformação Digital (TD)	67
2.1 Transformação Digital no Governo.....	69
2.2 O Governo como líder digital	75
3 Gestão do Conhecimento nas organizações públicas	77
3.1 Redes de Conhecimento.....	80
Considerações finais	82
Referências	84

A TRANSFORMAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL: DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONTROLE JUDICIAL DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DIGITAL

Rafael Martins Costa Moreira	89
Introdução	89
1 O governo digital e a nova Administração Pública	90
2 Do emprego das novas tecnologias à transformação do governo digital.....	93
3 O desenvolvimento do governo digital para a promoção dos direitos fundamentais.....	100

4	Controle judicial da Administração Pública na era do Governo Digital: diretrizes básicas	106
	Conclusão	111
	Referências	112

TUTELA JURÍDICA AUTÔNOMA DO CIDADÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS A PARTIR DA LEI Nº 14.129/21

Vivian Cristina Lima López Valle	117	
1	Administração Pública Digital e prestação de serviços públicos	117
2	A necessária ressubstancialização do conceito e do regime jurídico do serviço público	120
3	Incapacidades regulatórias no ambiente de prestação de serviços públicos na Administração Pública Digital	122
4	A tutela jurídica autônoma do cidadão na prestação de serviços públicos a partir da Lei nº 14.129/2021	123
	Conclusões	128
	Referências	129

GOVERNO DIGITAL: CORRELAÇÕES E IMPACTOS DA NOVA LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS – PRESTADORES E TITULARES

Augusto Neves Dal Pozzo	131	
	Introdução	131
1	O sentido do signo “serviço público” na Lei do Governo Digital e a sua aplicação	132
2	Para uma ressignificação do princípio da eficiência em relação ao serviços estatais prestados à coletividade	136
3	Princípio da universalização dos serviços públicos	139
	Conclusão	140
	Referências	141

A LEI DO GOVERNO DIGITAL E OS LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, CIÊNCIA DE DADOS E *BIG OPEN DATA* COMO FERRAMENTAS DE APOIO À AUDITORIA SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

André Afonso Tavares, Caroline Müller Bitencourt	143	
	Introdução	143
1	Governo digital e controle da Administração Pública: a utilização de inteligência artificial, ciência de dados e <i>big open data</i> no setor público	146
2	Laboratórios de inovação e controle social: a aplicação de ferramentas de tecnologia como apoio às auditorias sociais	156
	Considerações Finais	165
	Referências	166

ACESSO À INFORMAÇÃO E SEUS “DOIS MARIDOS”: DUAS LEIS EM UM MESMO TEMA – TRANSPARÊNCIA E TRATAMENTO DOS DADOS PÚBLICOS

Juliano Heinen	171	
	Introdução	171
1	Primeiras palavras – por que regular as informações públicas?	172
2	Segundas palavras – o direito de acesso à informação regulado por duas leis	178
3	Derradeiras palavras – a interoperabilidade de dados entre órgãos públicos	181
	Referências	183

LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO E A PROMOÇÃO DE UM GOVERNO DIGITAL

Carina de Castro Quirino, Marcella Brandão Flores da Cunha	185	
	Introdução	185

1	O que são laboratórios de inovação?.....	187
2	Qual o cenário dos laboratórios de inovação do setor público no Brasil?.....	190
3	O que justifica o esforço em definir e estabelecer diretrizes para laboratórios de inovação no setor público na Lei do Governo Digital?.....	192
4	Em síntese: como laboratórios de inovação podem ajudar na mudança para um Governo Digital?	199
	Referências	200

O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ESTÍMULO PÚBLICO ÀS PARCERIAS CONTRATUAIS ENTRE O ESTADO E AS *STARTUPS*

André Saddy, Horácio Augusto Mendes de Sousa	203
Introdução.....	203
1 A atividade estatal estimulativa à ciência, à tecnologia e à inovação... <td>205</td>	205
2 O regime jurídico do laboratório de inovação e sua natureza instrumental para o estímulo público às parcerias contratuais entre o estado e as <i>startups</i>	211
Considerações finais	218
Referências	219

IMPACTOS DA LEI DO GOVERNO DIGITAL NO CONTROLE EXTERNO

Heloísa Helena Antonácio M. Godinho, Márcio Batista Marinot, Wesley Vaz	221
Introdução	221
1 Controle externo da inovação: uma nova abordagem.....	225
2 LabContas e rede InfoContas	228
3 Novas funções dos Tribunais de Contas proporcionadas pelo LabContas e pela rede InfoContas.....	233
Conclusão	235
Referências	236
SOBRE OS AUTORES.....	239